

REFLEXÕES SOBRE OS SURDOS NO ENEM 2017 E 2018 – NOVAS CONQUISTAS E ANTIGOS DEBATES

Fernanda Beatriz Caricari de Morais¹

Osilene Cruz²

Carla Souza³

Cleudes Alves⁴

Rosani Brito⁵

RESUMO: Este artigo pretende discutir questões ligadas à acessibilidade e o desempenho dos alunos surdos nas provas do Enem dos últimos dois anos. Sabemos que houve avanços importantes que permitiram que esses alunos contassem com outros recursos, em respeito à sua condição linguística. No entanto, esses avanços mostram que é preciso um olhar ainda mais apurado para a educação básica, fornecendo uma educação de qualidade, valorizando as características linguísticas específicas, construindo materiais e fazendo uso de metodologias adequadas que levem em consideração sua primeira língua, a Libras, e o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Acreditamos que os surdos somente terão melhores desempenhos se for oferecida uma educação de qualidade que contemple suas especificidades. Espera-se que este artigo contribua para as reflexões sobre a participação de surdos em avaliações de larga escala e o oferecimento de recursos nesses contextos.

Palavras-chave: Surdez; LIBRAS; Exame Nacional do Ensino Médio.

THOUGHTS ABOUT DEAF IN ENEM 2017 AND 2018 – NEW ARCHIVES AND OLD DISCUSSES

ABSTRACT: This article intends to discuss issues related to the accessibility and performance of deaf students in the Enem tests of the last two years. We know that there have been important advances that allowed these students to have other resources, as well as respect for their linguistic condition. However, these advances show that an even more accurate look at basic education is needed, providing quality education, valuing specific linguistic characteristics, building materials and using appropriate methodologies that take into account your first language, Pounds, and the teaching of the Portuguese language written as a second language. We believe that the deaf will only perform better if they offer a quality education that meets their specificities. It is hoped that this article will contribute to the reflections on the participation of the deaf and the resources available in the Enem.

Keywords: Deafness; LIBRAS; ENEM.

¹ Professora do Departamento de Ensino Superior do INES/MEC-RJ.

² Professora do Departamento de Ensino Superior do INES/MEC-RJ.

³ Mestre em Diversidade e Inclusão

⁴ UFF/INES.

⁵ Pedagoga Bilíngue.

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir questões ligadas à acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), discutindo se elas contribuíram ou não para o desempenho dos surdos nesse exame. Em 2017, pela primeira vez, candidatos surdos contaram com a vídeoprova, porém, esse novo recurso seria suficiente para garantir melhoria de desempenho no concurso? A vídeoprova, implantada em 2017, e a consulta a intérpretes, recurso desde 2012, poderiam favorecer o acesso ao Ensino Superior? Quais foram os desafios enfrentados pelos surdos com esse novo modelo de prova? Essas e outras questões serão discutidas neste artigo.

Segundo o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira⁶, em 2017, foram inscritos mais de 5 mil alunos com surdez de todo o Brasil e o tema da redação gerou muita polêmica sobre os problemas vividos por esses sujeitos. Os surdos puderam contar com recurso da videoprova traduzida em Libras e, mesmo diante a essa acessibilidade, os surdos apresentaram dificuldade na compreensão da prova, sendo a Libras a sua primeira língua e a Língua Portuguesa sua segunda.

No ano seguinte, 2018, o número de alunos com surdez inscritos no exame aumentou consideravelmente, com 11.252 inscritos, sendo os surdos o grupo que mais requer atendimento especializado, como o exame denomina, seguido dos deficientes intelectuais (7.687 inscritos) e baixa visão (6.415 inscritos), segundo dados divulgados pelo INEP em 2018.

Mesmo contando com mais acessibilidade, os surdos que fizeram a prova se depararam com as dificuldades que vivenciam em seu dia a dia. Os candidatos surdos se queixaram da falta prontidão de profissionais (intérpretes) em suas salas, desconhecimento de como utilizar a videoprova e demais recursos disponíveis. Além da questão do tempo, pois muitos se sentiram prejudicados, conforme depoimentos de surdos no jornal *O Globo* do dia 19/01/2018.

Há que se ressaltar que para os surdos, bilíngues e diante de todas essas conquistas, ter o acesso à prova em Libras não dá equidade a esses candidatos, pois seu processo de escolarização, muitas vezes, deficiente, não lhes proporciona uma formação adequada e muitos deles, infelizmente, encontraram dificuldade em realizar a prova, perfazendo nota muito inferior ao esperado.

⁶ www.inep.gov.br

No final do ano de 2018, o INEP divulgou as provas dos anos anteriores, 2018 e 2017, em Libras, no mesmo formato acessível em que são aplicadas, o que revela avanço, fornecendo aos surdos material para estudo. Assim como os ouvintes têm acesso às provas anteriores, os surdos também devem ter, possibilitando o estudo dos conteúdos e, também, do formato de prova.

As provas estão disponíveis no *site* do INEP, em um formato muito próximo ao utilizado na videoprova. Nela é possível assistir ao vídeo das questões e conferir o gabarito. Segundo representante do INEP,

“O Enem em Libras marca o esforço do Instituto para garantir que seus editais, provas, cartilhas, campanhas e demais materiais, de todos os seus exames e avaliações, sejam acessíveis. Dessa forma, o Inep reafirma o seu compromisso com a comunidade surda e com um futuro melhor por meio da educação”⁷

Em 2018, o INEP lançou o selo Enem em Libras para todo o conteúdo disponível em Língua Brasileira de Sinais, reforçando a Política de Acessibilidade e Inclusão do Instituto. Apesar dessas medidas, sabemos que somente acessibilidade não é o suficiente para oportunizar melhores condições na educação dos alunos surdos.

Pensando nestas e outras questões, debateremos, neste texto, 4 eixos principais: a educação de surdos, a Libras como primeira língua, a formação de professores para atuar com aprendizes surdos e o desempenho de redação no Enem.

1. Breve reflexão sobre a educação de surdos e o Enem

A história da educação dos surdos nos mostra que o povo surdo, durante a Idade Antiga e Idade Média, foi vítima de um longo período de segregação. Pelo fato de não apresentar comunicação oral desenvolvida, foram definidos como selvagens, estranhos, ineducáveis e até sem alma (STROBEL, 2009). Entretanto, os mesmos registros históricos não nos mostram quais estratégias educativas eram utilizadas para educá-lo.

Sabe-se que, no Brasil, a educação de surdos passou por diferentes aspectos filosóficos de ensino. O Oralismo, considerado o método ideal para ensino-aprendizagem ao surdo no século XIX, foi uma concepção filosófica de ensino que consistia em métodos de repetição da fala, seu principal objetivo era transformar o surdo em um falante (LIMA, 2015, p. 46). No Brasil, o Oralismo foi implementado efetivamente no século XX, no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), entretanto, tendo em vista o fracasso e os péssimos resultados, o

⁷<https://noticias.r7.com/educacao/inep-divulga-provas-em-libras-do-enem-2018-aplicado-este-ano-08122018>

método foi substituído pela Comunicação Total. Isso justifica-se por conta do instinto natural de ser o surdo um sinalizador, além da demora para fazer o aluno vocalizar e se apropriar do conteúdo didático.

A Comunicação Total, também conhecida como Bimodalismo e implantada nos anos de 1970 no Brasil, permitia que o estudante surdo fizesse uso dos sinais da língua natural e qualquer outra forma de se comunicar (gestos, mímicas, leitura labial, expressão do corpo e do rosto...) contudo, a língua sinalizada deveria ser a Língua Portuguesa. Por não preservar a estrutura gramatical de nenhuma das duas línguas, a Comunicação Total foi substituída pelo Bilinguismo, nos anos de 1980.

A perspectiva bilíngue de ensino é um método por meio do qual o surdo aprende primeiramente a sua língua natural e posteriormente a língua do seu país natal, no nosso caso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Legalmente utilizada desde a regulamentação da Lei 10.436/2002, através do Decreto 5.626/2005, a Lei da LIBRAS, como também é conhecida, introduz diversos dispositivos legais em benefício do surdo em suas interações sociais. O referido Decreto destaca a importância do direito do sujeito surdo de ser acompanhado pelo Tradutor Intérprete da Língua de Sinais (TILS) em sala de aula. O tradutor intérprete teve a profissão consolidada somente em 2010, passando a ter regulamentado o exercício da profissão. Cabe esclarecer que para se formar um profissional da área da educação se faz necessário mais que uma língua ou ainda um “*bilinguismo compulsório*” (GOMES E OLIVEIRA, 2015, p. 119).

Diante do percurso descrito acima, podemos dizer que tivemos muitas mudanças no cenário educacional, as abordagens educacionais melhoraram para os alunos e, também, podemos destacar o reconhecimento da Libras como L1 do surdo, bem como seu direito de aprender conteúdos escolares através dessa língua. Mas, essas mudanças, juntamente com maior acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), geraram bons resultados dos candidatos surdos nos últimos anos (2017 e 2018)?

Na mídia, notamos que muito se discutiu sobre o baixo desempenho dos alunos. Apesar de terem muito conhecimento sobre o tema da redação de 2017, tiveram os piores resultados, segundo o INEP⁸.

Para justificar o ocorrido, se buscou alguns depoimentos de profissionais da educação que atuam com aprendizes surdos. Como exemplo, Amanda do Prado Ribeiro, diretora do Departamento de Educação Básica (DEBASI) do Instituto Nacional de Educação de Surdos

⁸ O *Globo* do dia 19/01/2018.

(INES), em entrevista concedida ao jornal *O Globo* no dia 19/01/2018, argumenta que a prova escrita, de redação, é exigida na segunda língua do calouro surdo, a Língua Portuguesa, que para surdos tem o mesmo efeito de idioma estrangeiro. Além deste, outros agravantes atuam como empecilho para o bom resultado do candidato, “*diagnóstico tardio da surdez, que dificulta o desenvolvimento cognitivo, de crianças surdas, escassez de material, entre outros*”.

Silva (2015) justifica a diferença linguística como principal dificuldade do surdo aos conteúdos disciplinares. Conforme Silva (2015, p. 59 *apud* QUADROS; MORAIS & CRUZ, 2016), o contato com a língua de sinais das crianças surdas ocorre tardiamente. No Brasil mais de 90% das crianças surdas nascem de pais ouvintes que não usam a língua de sinais (STROBEL, 2008; FERNANDES, 2003). Tal fato ocasiona poucas interações entre o surdo e sua família. Os resultados das pesquisas também apontam que, em grande parte das vezes, a criança surda terá seu primeiro contato com sua língua natural ao entrar na escola, local onde as interações em L1 são propiciadas. A apropriação de L2 em idade avançada pode proporcionar aprendizagem próxima a dos nativos, mas a aquisição da L1 em idade inadequada proporciona perda linguística. (SILVA, 2014, p. 59).

Outra possível razão é o currículo das escolas que não consideram a LIBRAS a primeira língua do aprendiz surdo. Ribeiro, Santos e Furtado (2014, p. 94) confirmam que há necessidade de difusão da LIBRAS e que a presença de professores bilíngues, assistentes e intérpretes irão contribuir para adequação do ensino. Porém é uma questão de concepção da escola na busca por romper com desigualdades.

Prosseguindo com as dificuldades que o aluno surdo encontra com a língua portuguesa, destaca-se a falta de compreensão na leitura: o aspecto mais básico da leitura relaciona-se com compreensão, posto que sem compreensão, não se pode efetivamente dizer que a leitura ocorreu. A falta de compreensão de um texto, muitas vezes, está relacionada com a falta do sinal em LIBRAS para mostrar-lhes o significado. A língua de sinais, além de ser a primeira língua do cidadão surdo, também é a língua de instrução, contudo não é a língua utilizada em processos de avaliação (GOMES, 2015, p. 187).

Outro fator recorrente é a falta de recursos e material pedagógico para educar surdos nas séries subsequentes à Educação Básica (EB). O ambiente de interação do aluno surdo, muitas vezes, é limitado, deixando de oferecer-lhe recursos necessários para o desenvolvimento do letramento, como material didático adequado, consciência dos profissionais com relação às características linguísticas desse aprendiz e de recursos visuais pertinentes, pois o aprendiz surdo é visual. Pensando sobre os recursos didáticos e visuais, Lima (2015, p. 85 *apud*

SKILIAR, 1997, p. 6) discute que “aos “normais” eram oferecidas e desenvolvidas atividades curriculares segundo os diferentes campos do conhecimento, aos “anormais” isso não acontecia.”.

Conforme Daroque e Padilha (2015, p. 14), ainda que alunos surdos cheguem ao curso superior, trazem consigo muitas dificuldades de aprendizagem por não terem tido acesso à Língua de Sinais e não serem usuários proficientes da Língua Portuguesa. Dessa forma, a justificativa mais adequada para o fracasso dos candidatos surdos no exame ENEM de 2017 vai ao encontro à afirmação feita por Santava e Guareinello (2015, p. 150):

Os surdos têm tido uma formação de “copistas” e são, assim, que atualmente chegam à universidade sem adquirir o nível mínimo de letramento para ingressar na graduação. Com a implementação das leis sobre educação especial, há um aumento da acessibilidade de surdos chegando ao Ensino Superior. Contudo, sua permanência não é garantida, pois as dificuldades que tinham na escola básica, apenas foram transferidas para o ensino superior.

Por conta dessa formação ineficiente, as dificuldades permanecem e são levadas para outros contextos, dificultando a permanência e a formação profissional desses cidadãos. Passamos, agora, para a sessão que trata, especificamente, da Libras – a L1 do sujeito surdo.

2. A LIBRAS COMO A PRIMEIRA LÍNGUA DO SURDO

No Brasil, a conquista da língua de sinais foi marcada por muitas lutas, antes de ser reconhecida como língua pela Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A Libras é uma língua visual–espacial, constituída por suas próprias características e estrutura, semântica, variação linguística, entre outras características, como qualquer outra língua.

Para os ouvintes, nascidos no Brasil, o Português é a primeira língua na forma oral e para os surdos a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a sua primeira língua ou sua língua materna. Cerca de 90% de crianças são filhos de pais ouvintes e mais ou menos 5% de

crianças são filhas de pais surdos. A criança que nasce na família de pais surdos tem mais probabilidade de adquirir a Libras na fase de aquisição de língua adequada. A idade da aquisição da língua é muito importante, pois fornece ao aprendiz possibilidades conceituais e cognitivas.

Segundo Quadros (1997), a Língua de Sinais é organizada no cérebro da mesma forma que as línguas orais, não apresentando nenhuma diferença na estrutura ou organização interna, a não ser no processo de aquisição, que irá depender de outros fatores externos. A Libras é o caminho para a aprendizagem de várias áreas do conhecimento e o aluno surdo que a aprende tem a possibilidade de desenvolvimento com êxito na escolarização, por ter acesso às informações a partir de um canal comunicativo linguisticamente estruturado.

Assim com uma língua oral de pessoas ouvintes, a Língua Brasileira de Sinais não é universal, ela apresenta uma variação na língua nacional, regional e cultural. A Libras é a Língua materna dos surdos brasileiros, sendo assim denominada durante uma assembleia em outubro de 1993 pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

Passamos para a discussão da formação de professores para atuar com surdos, discutindo as necessidades e as demandas.

4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA DEMANDA CRESCENTE

A educação de surdos tem passado por vários fatos e obstáculos, a surdez era equiparada a uma anomalia, precisava ser corrigida ou até mesmo ser curada. Com isso, vários métodos e filosofias foram implantados na educação dos surdos. A pedagogia de ensino passou por várias mudanças e transformações, desde o oralismo puro em que era proibida a utilização da língua de sinais até agora que temos o movimento pedagógico voltado ao ensino bilíngue.

O bilinguismo traz consigo o empoderamento de uma língua, de uma cultura e de uma identidade. Para se adequar a essas mudanças e transformações, a escola também deve estar preparada, tendo sujeitos surdos como modelos linguísticos, conforme documento de Orientação sobre a Educação de Surdos no Município do Rio de Janeiro, elaborado pelo Instituto Municipal Helena Antipoff – IHA^[1]:

O Instrutor Surdo é um profissional importante na formação linguística do sujeito surdo, pois se espera dele “(...) garantir a presença no espaço

educacional do modelo de representação linguística do sujeito surdo. (SME/IHA, 2011, p. 1).

Junto a esses profissionais surdos, outro protagonista marca presença nessa perspectiva de educação bilíngue de contexto inclusivo: o Intérprete Educacional, assim denominado por ser um profissional “*com a incumbência de mediar duas línguas distintas, a Libras e a Língua Portuguesa, por meio da tradução e interpretação, em situações diversas*” (SME/IHA⁹, 2011, p.4), no espaço escolar e educacional, envolvendo uma dimensão pedagógica. Esse profissional deve ter competência para acompanhar os alunos surdos nas turmas comuns e também auxiliá-los com os professores regentes na construção de conceitos, possibilitando a ampliação das competências linguísticas e acadêmicas no dia a dia da sala de aula.

Vale destacar a importância do professor bilíngue, que precisa conhecer as estruturas das duas línguas (Portuguesa e Libras). Segundo o Decreto 5626/2005, no Art. 5º:

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

O desenvolvimento linguístico da criança surda se torna eficaz quando ela entra em contato com interlocutores surdos e com ouvintes que sejam proficientes em Língua de Sinais. Ocorre, porém, que, normalmente, a aprendizagem de Língua de Sinais tem início em ambientes fora do convívio familiar, como na igreja, na escola, em clubes, entre outros. Ao discorrer sobre aquisição da Língua de Sinais pela criança surda, Lodi (2013) aponta que as crianças têm garantido seu pleno desenvolvimento da linguagem/apropriação de uma primeira língua, bem como podem desenvolver uma identificação positiva com a surdez a partir das relações com iguais em sua diferença.

Para consolidar um ambiente educacional voltado para o bilinguismo, essas duas línguas, a Libras e a Portuguesa, precisam caminhar juntas no convívio escolar. Isto é, as crianças, ouvintes e surdas, devem aprender a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Os

⁹ O Instituto Municipal Helena Antipoff (IHA) é o órgão da Secretaria Municipal de Educação responsável pela Educação Especial nesta Rede Pública de Ensino. O IHA, através das Equipes de Acompanhamento, auxilia o trabalho das 11 Coordenadorias Regionais de Educação no sentido de garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/TEA e altas habilidades/superdotação. Além disso, promove ações de formação inicial e continuada para os profissionais da educação, em atenção ao imperativo de atender às especificidades de nossos alunos, respeitando ritmos de aprendizagens diferenciados e apostando nas possibilidades desses sujeitos. Tais ações contam, inclusive, como o apoio de reconhecidos pesquisadores de universidades parceiras. Acesso em 20/09/2016.

professores devem ser bilíngues, usuários das duas línguas e a escola deve contar com professores surdos também. Essa interação entre as duas línguas no âmbito escolar proporciona uma comunicação acessível sem prejuízo para ambas as partes. Quadros (2005) afirma que o processo de aprendizado é mais significativo e consistente quando o surdo traz os conceitos apreendidos da sua língua para o português.

Para Pereira (2014), a aquisição da língua brasileira de sinais ampliou as possibilidades de compreensão do mundo pelos alunos, assim como permitiu aos alunos trocar experiências e discutir diferentes assuntos. No entanto, embora o conhecimento da língua de sinais aumentasse visivelmente, o desempenho dos alunos na língua portuguesa se mantém ruim.

Ainda encontramos escolas sem professores capacitados para o desenvolvimento do processo de ensino–aprendizagem para surdos e, nas escolas dita bilíngues, muitas vezes, são negadas a eles condições para seu desenvolvimento pleno, por usarem estratégias e metodologias inadequadas.

Para suprir essa necessidade, no ano de 2011, o Governo Federal lançou o *Viver sem Limite*, um Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, investindo em recursos e serviços de apoio à educação básica, por meio de implementação de salas de recursos multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, aquisição de materiais e a formação de professores, contando com diversos parceiros, entre eles o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que é responsável pela oferta do curso Licenciatura em Pedagogia (LIBRAS/Língua Portuguesa), na modalidade presencial e *online*, em 12 polos com instituições públicas parceiras.

O referido plano prevê também a criação de 27 cursos de Letras/LIBRAS – Licenciatura e Bacharelado, podendo suprir a demanda por profissionais aptos a trabalharem com alunos surdos.

3. O DESEMPENHO NA REDAÇÃO – LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA?

O tema da redação do ENEM de 2017 proposto – *Os desafios para a educação de surdos no Brasil* – surpreendeu os alunos que prestavam o exame. Muito se tem falado sobre inclusão. Palestras, debates e artigos têm sido apresentados, visando aproximar os jovens ouvintes da realidade cultural surda, porém, parece ainda não estarmos conseguindo atingir o objetivo pensado, os profissionais de educação ainda não estão preparados, e conhecedores desse novo alunato; a Língua de Sinais ainda é uma língua que não faz parte do cotidiano da

sociedade, apenas vemos a comunidade surda utilizando-a; é difícil encontrar locais em que a língua de sinais esteja presente.

Essa questão nos leva à reflexão: “*Esses artigos, debates, palestras, entre outros eventos, são direcionados exclusivamente para aqueles que estão engajados na área da educação?*”; “O efeito seria melhor se, por meio de uma linguagem menos formal, pudéssemos levar esses assuntos para as escolas, para os jovens do Ensino Fundamental e Médio, para que houvesse uma compreensão melhor do que está ao seu redor?”

O tema de 2017 foi importante para o surdo. Ele pode se apresentar, mostrar que ele é um sujeito que necessita ser percebido, não como um “coitadinho”, mas como sujeito que vive, pensa, um cidadão brasileiro que outrora esquecido e hoje luta por ter um lugar em nossa sociedade. Porém, eles não obtiveram um bom desempenho, suas notas foram baixas. O que mostra que somente acesso em Libras ou um tema de conhecimento não garantem um desempenho satisfatório.

O desempenho insuficiente pode se justificar pela falta de domínio de conteúdo, de habilidade de compreensão textual e de produção escrita. Acessibilidade havia. O aluno podia escolher entre o tradutor intérprete, o vídeo Libras e a leitura facial. Mas, essa acessibilidade realmente trouxe vantagem para o aluno surdo?

Soma-se a essa reflexão, a questão do conhecimento sobre a língua de sinais, que não é uma língua universal, pois cada língua tem a sua própria estrutura gramatical e tem a sua própria cultura. Então, o vídeo em Libras foi elaborado com características linguísticas de uma região ou estado específico do território nacional? Há que se considerar que a variação linguística pode ter atrapalhado a percepção do aluno nas sinalizações, dificultando sua compreensão sobre o conteúdo da informação, conseqüentemente, levando-o a responder de forma errada.

Em relação à leitura labial, conforme Botelho (1999), apenas 25% do que se fala é percebido pelo surdo e os “*outros 75% são uma espécie de adivinhação inspirada ou conclusão por hipóteses dependendo do uso de pistas encontradas no contexto*” (SACKS, 1998, p. 92). Desta forma, a impressão de que o surdo compreende 100% do que lhe é dito através da leitura labial é errônea, isso porque muitos fonemas são parecidos e a boca faz o mesmo tipo de formato como, por exemplo: /p/, /b/, /t/, /d/, entre outros. A técnica da leitura labial é ter o olhos fixos no rosto do interlocutor, para tentar entender o que se está dizendo. Então, se o interlocutor falar rapidamente ou vagarosamente, falar dando as costas para o aluno ou tiver bigodes ou, ainda, mover-se constantemente, a compreensão será dificultada, acarretando uma perda na transmissão da mensagem.

Em questão de acessibilidade, o intérprete de Libras foi orientado a não traduzir o texto, mas sim palavras soltas, como um dicionário. Palavra solta não auxilia o entendimento, principalmente se não for levando em consideração o contexto em que a palavra ocorre, o tipo textual, o gênero em questão, entre outras questões. Em uma entrevista ao portal G1, uma estudante de Santos relata que teve dificuldade quando fez a prova do Enem: “*os surdos precisam da interpretação do conteúdo de toda prova. Não entendi nada*” (PIRES, 2014, p. 1).

Em relação à questão escrita, o ensino muitas vezes está focado na metalinguagem da variedade culta da LP, com exercícios de descrição gramatical e regras, ao invés de constituir um momento de produção e significação, tornando o aprendiz surdo um sujeito ativo na interação social, construindo habilidades na escrita, como produtor e receptor da língua alvo.

Para Morais & Cruz (2019), o ensino de LP com base em gêneros textuais fornece aos aprendizes um instrumento poderoso para conhecer, reconhecer e identificar as características de determinado texto, havendo, portanto, a familiarização com as peculiaridades linguísticas típicas do gênero discursivo, como, por exemplo, a presença de verbos no modo imperativo, a presença de metáfora, de construções ambíguas, entre outras. Assim, os aprendizes são levados a observar, primeiramente, a organização do gênero, e, posteriormente, os aspectos linguísticos.

A escola deve, desde o primeiro momento, oportunizar o trabalho com gêneros textuais diversos. As crianças ouvintes podem já ter contato com alguns gêneros antes mesmo de entrar na escola, por meio da interação com seus familiares, em que histórias são contadas e replicadas (textos orais), além de brincadeiras que estimulam a produção oral.

Com as crianças surdas, filhas de pais ouvintes, isso não acontece, devido ao limitado acesso à LIBRAS. Dessa forma, essas crianças não participam, inicialmente, do processo de leitura e somente na escola é que aprenderão uma língua para depois ter acesso a textos (gestuais e escritos).

Na escola, é muito importante discutir que a escrita não se reduz à mera transcrição da fala, mostrando aos alunos que existem especificidades próprias de cada modalidade, pois a linguagem escrita tem suas próprias regras e seus recursos precisam ser revistos para garantir seu desenvolvimento.

Ainda não foram divulgados dados sobre o desempenho dos surdos no último Enem, porém temos os dados de 2017 que mostram que o desempenho dos surdos (367,4 surdos que optaram por vídeo prova e 369,1 surdos que optaram por intérprete de Libras), apesar de contarem com novos recursos, foi inferior a média nacional de 558 pontos.

Na redação, apesar do tema ser muito conhecido pelos surdos, por viverem no dia a dia, a média desses alunos ficou bem abaixo da média geral. Acreditamos que as notas médias desses candidatos refletem os desafios que enfrentamos no ensino desses aprendizes que possuem a LP como L2 e a Libras como sua L1. Sabemos que há inúmeras questões envolvidas na educação de surdos, como o diagnóstico tardio da surdez, que acaba dificultando o desenvolvimento das crianças nas etapas adequadas, a falta de informação relacionada ao acompanhamento educacional, carência de acesso a escolas ou classes especializadas no ensino bilíngue, falta de recursos humanos (professores, intérpretes, instrutores), material pedagógico adequado e constante capacitação da equipe que recebe esses alunos.

A realização da videoprova foi uma importante conquista dos surdos, garantindo mais igualdade de condições para a realização do Enem. No entanto, a possibilidade de fazer a prova em sua L1 não garante as mesmas condições quanto se trata da redação, que deve ser corrida como segunda língua.

Para se obter sucesso no exame, acreditamos que é necessário investimento nos anos iniciais de formação, desde a educação precoce com acompanhamento adequado ao longo da trajetória escolar. Enquanto não tivermos isso, não teremos um desempenho satisfatório em um exame que objetiva avaliar conhecimentos adquiridos em toda vida escolar.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante do que discutimos neste artigo, podemos dizer que, para empoderarmos nossos alunos, a questão central é melhorar o contexto escolar da educação básica, constituindo um espaço crítico e de autonomia com profissionais capacitados, seja em escolas inclusivas ou bilíngues. Tendo, também, um currículo pensado nas especificidades linguísticas dos alunos surdos, com uso de materiais e metodologias que levem em conta sua L1 e sua L2 escrita.

Tendo essas etapas alcançadas, teremos um ensino com melhor qualidade, alunos mais bem preparados e empoderados para fazer avaliações de larga escala: ENEM, vestibulares e concursos públicos.

É importante destacar uma ação importante, que já ocorre em escolas e cursos preparatórios: os simulados, para que os candidatos conheçam o modelo de prova, podendo se familiarizar e se organizar com o tempo para as questões e para a redação. Destacamos a iniciativa pioneira do Colégio de Aplicação do INES (CaP), que no ano passado promoveu o

primeiro simulado¹⁰ elaborado com questões do Enem e outras elaboradas pela equipe de professores, abrangendo não só os alunos da instituições, como alunos surdos de fora, que poderiam se inscrever para participar.

Reconhecemos que tivemos avanços importantes para os candidatos surdo do ENEM, no entanto, como mostramos aqui, a língua não basta, não é o suficiente para que haja de fato acessibilidade. Não é a tradução de palavras, a tradução da prova ou leitura labial que irão garantir o sucesso do surdo no exame. É o preparo, o conhecimento de mundo e dos conteúdos escolares. O envolvimento não deve ser somente da escola, mas também da família e da sociedade de maneira geral.

5. REFERÊNCIAS

BOTELHO, P. *Educação inclusiva para surdos desmistificando pressupostos* <https://pt.scribd.com/document/96550256/educacao-inclusiva> acessado em 09/10/2018 .

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 07.01.2015.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (Lei 9.394/96). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Decreto Nº 5.626. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

DAROQUE, S. C.; PADILHA, A. M. L. Reflexões acerca de alunos surdos no Ensino Superior. In: Bagarollo, M., França, D.M.V. (orgs.). *Surdez, escola e sociedade: reflexões sobre a Fonoaudiologia e Educação*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2015.

FERNANDES, S. Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

GOMES, M. P. “Aí, Eu Olho, Escrevo e Aprendo: Narrativas de Estudantes Surdos Sobre aprendizagem e Ensino da Língua Portuguesa (Escrita) no Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos. In: RIBEIRO, T., SILVA, A.G. *Leitura e Escrita na Educação de Surdos: das políticas às práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2015, 221 p., capítulo 7, pp. 163-190.

GUARINELLO, A. C. Prefácio. In: BARGOLLO, M. F., FRANÇA, D. M. V. R. *Surdez, Escola e Sociedade: Reflexões sobre a Fonoaudiologia e Educação*. Rio de Janeiro. Editora WAK, 2015, 159 p. Prefácio 11-16.

¹⁰<http://ines.gov.br/noticias/57-noticias/569-alunos-do-ines-realizam-simulado-preparatorio-para-o-enem>

LIMA, C. M. *Educação de Surdos: desafios para prática e formação de professores*. Rio de Janeiro Editora Wak, 2015.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. *Educação e Pesquisa*, v. 39 (1), 49-63, 2013.

MORAIS, F. B. C. & CRUZ, O. M. S. *Plano de atividades e unidade didática: ferramentas para o ensino de leitura e escrita de Língua Portuguesa para alunos surdos*. No prelo, 2019.

RIBEIRO, T., SANTOS, E. S. M.; FURTADO, RODRIGUES, L. A. Reflexões sobre a Leitura e Escrita. In: RIBEIRO, T., SILVA, A. G. *Leitura e Escrita na Educação de Surdos: das políticas às práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2015.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SANTANA, A. P., GUARINELLO, A. C. Fonoaudiologia e a Abordagem Bilíngue. In: BAGAROLLO, M. F., FRANÇA, D. M. V. R. *Surdez, Escola e Sociedade: reflexões sobre a Fonoaudiologia e Educação*. Rio de Janeiro. Editora Wak, 2015.

SKILAR, C. (Org.) *Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

SILVA, S. G. V. Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitora da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos. In: RIBEIRO, T., SILVA, A. G. *Leitura e Escrita na Educação de Surdos: das políticas às práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2015.

STROBEL, K. L. *A História da Educação dos Surdos*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

PARINS, C. As notas das redações de surdos no Enem refletem os desafios que enfrentamos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19/01/2018.

PEREIRA, M. C. C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, pp. 143-157.

PIRES, O. 'Não entendi nada', afirma estudante surda que prestou a prova do Enem. *Portal de Notícias GI*, Rio de Janeiro, 10/11/2014.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: A aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artemed, 1997.

<https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/enem-2018-tem-o-menor-numero-de-inscritos-confirmados-desde-2011/> (Acessado em 06/03/2019)

Enviado em: 10/07/19

Aceito em: 16/09/19